

O DESENVOLVIMENTO DA COESÃO: ESTRATÉGIAS DA PASSAGEM DO CONTEXTO AO TEXTO

Ana Maria de Mattos Guimarães

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este artigo pretende apresentar os princípios embasadores do estudo da coesão lingüística no texto produzido por crianças de 9 a 12 anos e resultados obtidos mediante a análise desse 'corpus', sintetizando algumas conclusões de minha tese de doutorado (Guimarães 1990).

Nesse estudo, coesão é vista como uma propriedade relacional da ocorrência de elementos lingüísticos na superfície textual. Tais elementos se apresentam ligados entre si de modo a assegurar uma relação significativa entre eles e a garantir o sentido e a unidade do texto. Esses elementos lingüísticos foram agrupados em quatro mecanismos ou recursos coesivos: referência, seqüência temporal, conexão frásica e conexão interfrásica. No presente artigo, serão explorados apenas os mecanismos de referência e de seqüência temporal.

O 'corpus' no qual nos baseamos foi composto por 160 histórias (80 na modalidade oral e 80, na escrita) contadas por 40 crianças, com idades variando entre 8,9 e 12,9. Em cada modalidade, foram coletados dois tipos de narrativas: relatos de experiência pessoal (R) e histórias a partir de seqüências de gravuras (HQ). As crianças foram agrupadas de acordo com a sua faixa etária, e cada grupo contou com dez crianças, meninos e meninas, de níveis sociais diferentes. Os grupos ficaram assim constituídos:

G1, composto por crianças de 8,9 a 9,10 anos, cursando a 3a. série do 1o. grau;

G2, 9,9 a 10,9, na 4a. série;

G3, 10,7 a 11,9, na 5a. série;

G4, 11,1 a 12,9, na 6a. série.

1. Análise do Mecanismo de Referência

A relação entre uma dada expressão lingüística e um referente, que se constitui em uma entidade não lingüística, ocorre textualmente no momento em que esse referente é introduzido no universo textual, mediante o uso de uma expressão lingüística. A continuidade dessa relação é

assegurada pela retomada desse referente pela mesma expressão lingüística ou por expressão equivalente. A coesão referencial começa, pois, a ser estruturada pela primeira menção ao referente, tendo continuidade na seqüência de menções a esse mesmo referente, que se processa ao longo do texto. Isto significa que o mecanismo de referência abrange dois tipos de relações:

a) uma relação entre entidades não lingüísticas (uma coisa, uma pessoa, um pensamento, uma emoção) e as entidades lingüísticas que as representarão no mundo textual, e que é basicamente constituída pela primeira menção a um dado referente no texto;

b) uma relação entre entidades puramente lingüísticas (como é o caso da retomada de um referente já introduzido textualmente e que caracteriza a co-referência).

Tais relações envolvem, por parte do usuário, conhecimento de diferentes aspectos. No caso da apresentação do referente, é necessário que o falante apresente pistas ao ouvinte/leitor de que referente se trata, de modo que esse possa interpretá-lo. Daí, o uso habitual de descrições indefinidas na primeira menção a um dado referente. Por outro lado, se o referente é compartilhado ou já pressupostamente conhecido do interlocutor, uma descrição definida poderá ser usada em sua apresentação.

No caso da retomada do referente (ou referência anafórica), é preciso que o falante entenda que os elementos lingüísticos, para tal utilizados, revelam padrões plurifuncionais, pois servem tanto para apontar co-referência, como para prover ouvintes/leitores de importantes sinais relacionados à estrutura do texto (começo de novos episódios, mudança de foco temático), organização temática e ponto de vista (Bartlett 1984). Esses sinais, por outro lado, devem desambigüizar elementos anafóricos em contextos específicos, como é o caso da identificação de personagens do mesmo sexo. Os anafóricos configuram um nível local do discurso imediato, e, por isso, devem seguir regras sintático-semânticas relacionadas a esse nível, mas, ao mesmo tempo, contribuem para estruturar o texto como uma unidade de sentido. Assim, a adoção de um enfoque plurifuncional dos anafóricos na investigação significa considerar as pistas que os anafóricos podem revelar a respeito do contexto referencial e do foco temático ao longo do texto (e não apenas em um nível local) e se reflete no emprego de variados artifícios de referência. O trabalho realizado procurou mostrar como as crianças desenvolvem a capacidade de manejo do mecanismo de referência.

1. 1. Resultados Através da Análise da Introdução do Referente

A comparação entre as produções livres, i.e., os relatos (R) e as produzidas a partir de seqüência de gravuras, i.e., as histórias em quadros (HQ); entre o oral (O) e o escrito (E), sob o prisma das diferentes faixas etárias analisadas (G1, G2, G3 e G4) nos permitiu estabelecer algumas conclusões:

a) para designar personagens, os informantes, de qualquer faixa etária, usaram predominantemente designações genéricas, não específicas (tipo: 'menina', 'guria', na apresentação do personagem principal das HQs), pouco tendo explorado índices descritivos (como faz Tobias G2/E: Eu tenho uma vizinha *tri chata, que ela jogou praga para o meu irmão...*);

b) o recurso ao nome próprio, que se poderia constituir em uma estratégia para a resolução de problemas posteriores de ambigüidade, não é marcante em nenhum dos grupos estudados e em nenhuma das produções colhidas;

c) as descrições definidas (ou seja, aqueles constituídas por sintagmas nominais definidos, por nomes próprios ou por pronomes pessoais) predominam no relato, pela sua natureza pessoal; o que levou ao uso significativo de pronomes de 1ª pessoa e a SNs definidos, cuja unicidade foi sobretudo determinada pela relação com essa 1ª pessoa ('o meu irmão', 'a minha tia'). Predominam também nas HQs porque, sob um ponto de vista pragmático, o locutor emprega um SN definido por pressupor que o interlocutor dispõe de elementos suficientes para compreender sua unicidade existencial. Em outras palavras, o personagem é tomado como dado, porque representa a figura apresentada, trata-se de um referente icônico que o locutor não vê necessidade de apresentar como novo por meio do contexto verbal.

d) em toda a análise, fica claro que G4 tende a usar mais SN indefinidos na apresentação de personagens, o que parece evidenciar que os mais velhos são mais capazes de adotar o ponto de vista do interlocutor (têm mais capacidade de decentração) ao apresentarem uma informação nova.

e) os casos de ruptura da coesão por problemas na apresentação do personagem estão sobretudo presentes em G1, em qualquer tipo de produção. A maior parte desses casos é motivada pela apresentação de um referente por meio de um pronome de 3ª pessoa, quando o locutor não transforma o referente da figura ou da memória em referente textual, possivelmente, por imaginar que o que é uma evidência perceptual para ele não necessita ser

apresentado para o interlocutor. Veja-se a esse respeito o exemplo de:

Maura Virgínia - G1/E - Eu estava na minha apresentação de ballet e depois é que fui me dar conta que eu estava na minha apresentação de ballet quando eu estava contando para *elas* começaram a rir de mim...

Falta ao locutor uma capacidade de decentração, que lhe permita adotar o ponto de vista do interlocutor e dos conhecimentos de que este dispõe.

f) a comparação entre introduções de referentes que contribuem para a coesão textual e aquelas que não permitem a identificação do referente pelo interlocutor mostra o seguinte perfil:

RUPTURAS DETECTADAS NA INTRODUÇÃO DE PERSONAGENS

	G1	G2	G3	G4
HQ/O	3/30 = 10%	1/30 = 3,3%	2/30 = 6,7%	0
HQ/E	1/30 = 3,3%	1/30 = 3,3%	1/30 = 3,3%	0
R/O	2/38 = 5,3%	1/26 = 3,8%	0	1/3 = 3,3%
R/E	4/3 = 10,8%	1/20 = 5%	0	0

O número de rupturas foi pequeno e diminuiu acentuadamente entre os mais velhos. No caso das HQs, os problemas se situaram mais no oral, pelo uso de pronome de 3^a pessoa para apresentação de referente. Nos relatos, a relação se inverte, parecendo ser mais difícil a identificação correta do referente no escrito, mas apenas para os dois grupos mais jovens. Isto é decorrência de diferentes motivos, estando entre eles o fato de a primeira menção ser feita por meio de pronome de 3^a pessoa, e o pronome não fornecer pistas para a identificação correta de um personagem.

1.2. Resultados Obtidos a Partir da Análise da Retomada do Referente

A análise da retomada de referentes pelas crianças mostrou que sobretudo os mais jovens estabeleceram uma relação entre personagem principal da narrativa, seu sujeito temático, e o uso de pronomes, à semelhança do que propõe Karmiloff Smith (1981). Delineamos, então, um princípio que dá conta da restrição temática que o falante impõe ao seu sistema de organização discursiva, a qual guia o uso de pronomes e elipses. Passamos a denominar tal princípio de *Princípio de Restrição Temática* e o

formulamos como segue.

Quando mais de um personagem intervêm na narrativa, é possível aplicar-se o princípio de restrição temática aqueles personagens que contribuam maximamente, de forma agentiva, para a narrativa. Quando ocorrer troca de referência, porém, o princípio de restrição temática só se aplica ao dito personagem principal. (Guimarães 1990, p.171)

Desse princípio decorre que o uso de pronomes na troca de referentes deve ser entendido como uma estratégia do falante, ligado à organização temática do texto e que explica por que algumas vezes são usados pronomes anafóricos e em outras, sintagmas nominais completos. Veja-se o exemplo a seguir:

Carolina - G1/0 - aqui era uma menina (personagem principal=PP) que (PP) tava desenhando, daí a mãe dela (personagem secundária=PS) chegou e (elipse PS) gostou do desenho, daí ela (troca de referente para PP) apagou porque (elipse PP) achou o desenho feio, e aí depois ela (manutenção de PP) começou a desenhar de novo.

Teoricamente o uso do pronome 'ela' para assinalar troca de referente poderia apresentar problema de ambigüidade, mas o ouvinte pode recuperar seu referente pela vinculação temática constante que se estabelece entre o personagem principal e o uso de formas pronominais, passando a entender a pronominalização feita pelo falante.

O Princípio de Restrição Temática (RT), de acordo com o que analisamos anteriormente, não basta para dar conta de como as crianças de 9 a 12 anos se valem de recursos anafóricos. É necessário que seja complementado pelo que chamamos de *Princípio de Restrição Anafórica (RA)*:

Quando dois referentes aparecem em posições sintáticas diferentes, ambos têm as características de <+animado> e os mesmos traços de gênero e número, as formas pronominais e elípticas são reservadas para aquele que desempenhe a função de sujeito/agente e/ou tópico da oração imediatamente anterior. (Guimarães, 1990, p.172)

Tal princípio dá conta das manifestações pronominais e elípticas também para personagem secundário, mesmo quando se tratar de apontar troca de referente e justifica que esse tipo de troca de referente não cause

ambigüidade. Liga-se também às estratégias do falante para graduar a continuidade de tópico (Givón, 1983). Nesses casos, se a distância entre o referente e o anafórico que o retoma é menor, é usada elipse ou pronominalização; se a distância for considerada grande, a continuidade é garantida por um SN, como no exemplo:

Luiz Eduardo - G4/Oral - uma menina (personagem principal: PP) dentro de casa desenhou um boneco na parede, a mãe dela (personagem secundário) chegou, (elipse PS) abriu a porta e (elipse PS) viu o boneco desenhado na parede,, ela (pronome PS) ficou zangada,, a menina (troca para PP com SN) olhou pra mãe (troca para PS com SN) e (elipse do sujeito da oração anterior: PP) apagou rapidamente o boneco,, e (elipse PP) trocou a posição dele, invertendo a posição da cabeça para olhar a mãe (troca para PS com SN).

O exemplo é bastante esclarecedor, pois mostra uma gradação da continuidade de referente PS, apresentado por um SN, e continuado por duas elipses e uma pronominalização, quando a distância já era maior. Por outro lado, logo a seguir, a troca para PP é feita por meio de um SN, colocado na posição do sujeito, mas a retomada deste tópico é realizada mediante uma elipse, mesmo que tenha ocorrido a presença de PS como SN objeto da oração anterior. Isto, a nosso ver, caracteriza o emprego exclusivo do Princípio de Restrição Anafórica.

Nossos resultados da aplicação do Princípio de Restrição Anafórica são semelhantes aos de Clancy (1980, apud Bartlet, 1984), ao analisar a narrativa de adultos. Esse estudo mostra que pronomes são as formas mais freqüentes de anáfora, mas que, no caso do que chama de 'junturas estruturais maiores', como começo de novos episódios e como locais em que o falante quer demonstrar mudança no tópico ou foco temático ou referente, são consistentemente usados SNs. Assim, pronomes (e no português, elipses) são geralmente usados se o falante quer manter um referente como sujeito da sentença (posição geralmente reservada para informação já presente no texto, ou, para referente evocado) e nomes são freqüentemente usados quando uma troca no sujeito da oração é pretendida. Veja-se como se comporta o exemplo a seguir:

Andréia - G4/Escreto - A menina havia desenhado um boneco, e então apareceu uma mulher e ela ficou brava porque era perto de sua casa, a menina desmanchou, e logo formou novamente a mulher ficou espantada.

Observe-se que a informante não se valeu nunca do Princípio de Restrição Temática, mas usou sempre o que chamamos de Restrição Anafórica. A manutenção do referente como sujeito foi codificada pelo uso de 'ela' (uma mulher); a mudança de sujeito, por um SN (tanto para o personagem principal, como para o secundário).

Em suma, pode-se concluir que o desenvolvimento da relação anafórica nas faixas etárias pesquisadas se dá em três fases. A primeira fase é marcada por uma perspectiva pragmática, que leva à construção de uma estratégia inicial que relaciona formas menos marcadas e sujeito temático da narrativa (fase que poderia ser caracterizada como aquela em que ocorre aplicação exclusiva do Princípio de Restrição Temática - RT).

A segunda pode ser considerada uma fase intermediária, em que o pronome de 3ª pessoa serve a duas funções:

a) referir ao sujeito temático (ou personagem principal);

b) referir especificamente a sujeitos não temáticos, depois de já terem sido introduzidos no trecho imediatamente anterior do discurso por meio de um SN.

Essa fase poderia ser caracterizada pela aplicação dos dois princípios: de Restrição Temática e de Restrição Anafórica -- RT/RA.

Finalmente, a terceira fase é semelhante ao uso adulto, operando num nível mais localizado da narrativa. Aponta a compreensão da plurifuncionalidade dos anafóricos, que, por um lado, referem um nível local do discurso imediato, seguindo as regras sintático-semânticas de acordo com esse nível -- relação entre o antecedente e suas predicções, e, por outro lado, contribuem para a compreensão do texto como um todo, agindo como um mecanismo de coesão desse todo (fase em que não se nota mais a predominância do sujeito temático, mas é aplicado o Princípio de Restrição Anafórica para todos os personagens - RA).

Não nos parece, tendo em vista os resultados colhidos e a observação dos quadros anteriores, que se possa apontar uma vinculação efetiva entre uma dada faixa etária e qualquer uma das fases mencionadas. Trata-se de um processo gradual de desenvolvimento, cujas fases se distribuem ao longo de um período evolutivo, que passa pelas idades estudadas e cujo ciclo, no caso do texto escrito, termina aproximadamente aos 12 anos, com a aplicação exclusiva de RA. É importante salientar, ainda, que não tenha sido possível generalizar com precisão a passagem de uma fase para outra, que parece ocorrer uma ordenação nessas aquisições:

RT --> RT/RA --> RA

2. Análise do Mecanismo de Seqüência Temporal

O mecanismo de seqüência temporal diz respeito aos elementos que servem para marcar as relações de temporalidade e aspectualidade entre os eventos e situações no texto, tanto de modo dêitico como puramente textual.

Vários sinais de superfície apontam relações entre eventos e situações no texto, distinguindo-se, sobretudo:

a) uso de marcadores de valor temporal (flexões verbais, conjunções, advérbios e expressões de valor adverbial);

b) relação continuidade X pontos isolados (verificada pelo aspecto verbal e pelo uso de determinadas expressões que retomam partes do texto, tipo 'de novo');

c) relação antecedente X subsequente, em que a descrição do estado de coisas anteriores deve preceder a descrição do estado de coisas posteriores e que pode ser verificada pelo uso de expressões que assinalam a ordenação dos elementos em um conjunto (como os numerais), com a função de exprimir a ordem pela qual o falante "teve a percepção ou conhecimento de um dado estado de coisas, como em: Primeiro vi o automóvel, depois o condutor" ou com "que vão apresentados e desenvolvidos os assuntos sobre que um dado texto fala" (Mira Mateus et alii, 1983, p.198).

Essa listagem nos dá uma idéia precisa da complexidade do mecanismo que rotulamos de *seqüência temporal*. Observe-se que estamos tratando sob o mesmo rótulo elementos que marcam a temporalidade, tanto de modo dêitico, como anafórico.

Nossa análise da linha temporal/aspectual tomou como base os estudos de Hooper (1979 e 1982); Silva-Corvalán (1983); Schiffrin (1981); Reinhart (1984) e Fleishman (1985) e procurou verificar as implicações pragmáticas do uso das categorias tempo e aspecto efetuados pelos informantes. Procedemos também à observação de como as crianças apresentaram a contextualização temporal de seus textos, ou seja, mediante que recursos lingüísticos (sentenciais e intersentenciais) conseguiram localizar temporalmente suas narrativas.

A seguir, apresentaremos um dos resultados obtidos, concernentes às funções das oposições tempo/aspecto no discurso das crianças, sobretudo no que diz respeito ao uso de presente em textos com tempo passado. É importante observar que todos os relatos, tanto orais como escritos, ocorreram no passado; o mesmo não tendo acontecido com as HQs, muitas

das quais foram narradas no presente. Contudo, tanto nos Rs como nas HQs, é expressiva a ocorrência de presente em narrativas que se ancoram no passado.

FREQÜÊNCIA DE FORMAS DO PRESENTE EM NARRATIVAS DO PASSADO

	G1	G2	G3	G4
R/O	37,5%	20%	30%	30%
R/E	25%	40%	10%	20%
HQ/O	20%	50%	33,3%	75%
HQ/E	30%	30%	0	25%

Como se verifica, as intervenções do presente em textos do passado não são exclusivas do oral. A perspectiva de entender essa presença e verificar se ela constituiria uma ruptura na coesão textual levou-nos a um detalhamento desse emprego, do qual apresentaremos a seguir uma síntese.

Inicialmente, separaremos dois usos do presente no contexto das narrativas. Um que relaciona a história ao tempo da fala, mostrando uma relação dêitica com o momento em que ocorreu a narração, reforçada, por vezes, pelo uso de dêiticos espaciais gestuais e até temporais e outro que trata do tempo de referência da história. O primeiro uso tem a ver com o uso corrente do presente. O segundo corresponde ao Presente Histórico (PH).

O uso do presente com valor temporal de tempo de fala fica mais claro, quando visualizamos exemplos, como o seguinte:

Cláudia - G3/O - bom pelo que eu estou vendo, é uma menina que tava desenhando na parede, daí a mãe dela chegou ...

Nitidamente, o começo da orientação da história vincula o presente ao tempo da fala. A continuação da orientação da história e o início da ação complicadora, contudo, já foram apresentados no passado, revelando constituírem eventos anteriores ao tempo da fala.

Noutros exemplos, entretanto, nota-se a presença do Presente Histórico:

Carolina - G1/E - Era uma vez uma menina que fez um boneco daí chega a mãe dela e ela gostou a menina achou o desenho muito feio e apagou.

E daí a menina desenhou um mais bonito e gostou.

No caso, o uso do presente pertence nitidamente ao 'foreground' (cf. Hooper e Thompson, 1981) da história, tendo como tal um aspecto perfectivo, o que implica que não pode ser substituído por um imperfeito. O uso desse presente serviu na narrativa a duas finalidades: comunicar que a orientação da história tinha acabado, ou seja, estava passando do 'background' para o 'foreground', e mostrar que a ação da chegada da mãe era imprevista.

Esse uso parece conferir com a proposta de Wolfson (1979), que contraria a visão tradicional da função do presente histórico na narrativa (como artifício estilístico usado para aumentar o efeito dramático de uma história). Wolfson demonstrou que o uso de PH na conversação não tem um significado por si mesmo, mas é a alternância entre PH e passado que constitui um traço expressivo. No exemplo anterior, foi a troca para o PH dentro do 'foreground' da narrativa que criou o efeito do imediato e fez a narrativa mais vivida e dramática. Isso é mais evidente nos casos de ocorrência de PH no clímax da narrativa, como no exemplo que segue:

Simone - G4/O - (...) berrei tanto, tanto naquela frente daquele sobrado,, nunca fiquei com tanto medo na minha vida,, parecia que eu ia morrer ali eletrocutada como disse uma amiga minha, aí eu chorei, chorei, chorei ali fora, bati bati na porta,, aí abre a porta, meu pai .. minha mãe, aí fiquei feliz, tava quentinha em casa,, protegida.

G4/E - (...) Cheguei em casa e não vi ninguém tudo estava fechado, entrei em pânico total mas meu pai abre a porta.

Nunca dei tanto valor a um lar.

O achado no escrito, contudo, contraria conclusão de Wolfson (1979), que considera a alternância P/PH como traço exclusivo das narrativas orais 'performativas', assim denominadas porque compartilham semelhanças com uma apresentação teatralizada: diálogos, gestos, apartes, repetições, sons expressivos e efeitos sonoros. Da mesma forma, essa afirmação pode ser contestada pelos achados nas nossas HQs que, em nenhum momento foram dramatizadas, mas também apresentam troca P/PH. As crianças, pois, valem-se desse recurso tanto na sua expressão oral, como na escrita.

É importante assinalar que a troca Pretérito/PH sempre representou uma interrupção no que vinha sendo apresentado: ou para apontar a passagem do 'background' para o 'foreground', ou na própria

linha temática da narrativa (caso da ocorrência em clímax ou numa relação adversativa).

Como a análise bem mostrou, o uso do presente no contexto das narrativas teve sempre uma função pragmática, tanto no 'foreground', quanto no 'background'. Verificando a seqüência temporalmente ordenada, ou seja, o 'foreground' das narrativas, observa-se que todos os presentes podem ser substituídos por pretérito perfeito sem que se altere a relação aspectual que ali se instaura (seria impossível substituí-lo por imperfeito, por exemplo). Ou seja, com o pretérito perfeito, no contexto do 'foreground' narrativo, PH é usado para codificar eventos passados, punctuais, temporalmente ordenados. Dentro do 'foreground' de uma narrativa, contudo, esses dois tempos, contextualmente equivalentes sob o ponto de vista tempo/aspecto, parecem contrastar num eixo de saliência, como afirma Fleischman (1985). Os eventos codificados por PH no 'foreground' correspondem aos mais salientes, como destacamos nos exemplos de acontecimentos em clímax ou de relação adversativa.

Por outro lado, a ocorrência de presente no contexto de 'background', como orientação da narrativa, é equivalente ao uso do imperfeito, apresentando, então, aspecto imperfectivo. (Mesmo nos contextos em que não há correspondência com o imperfeito, como nos comentários, o aspecto é imperfectivo.) Nesse caso, não parece que os eventos expressos por presente possam ser considerados eventos anteriores ao tempo da narrativa, não constituindo, pois, PH. Na verdade, eles marcam sempre uma segmentação dos eventos narrados, pois cortam o fluxo narrativo, seja para dar uma orientação, para fazer um comentário ou para finalizar o que estava sendo contado, constituindo, pois, uma volta ao momento da enunciação, ou seja, ao tempo da fala, como no exemplo abaixo.

Tobias - G2/O - assim, tem uma velha tri chata o nome dela é Julieta, ela mora (...) até que um dia...

G2/E - Eu tenho uma vizinha tri chata que ela jogava praga para o meu irmão...

Nos exemplos, o presente está relacionado à descrição da personagem da narrativa, que precede a ação complicadora, sendo independente dos demais eventos narrados. No escrito, o informante começa com o presente, passando a seguir para o imperfeito, ainda dentro dos limites da orientação da narrativa. O presente está ligado à apresentação da personagem principal e sua principal caracterização (tri chata); já o

imperfeito relaciona-se a uma ação habitualmente praticada pela personagem.

Foi possível, no final da análise, distinguir dois usos do presente, que alternam com o passado:

- um, que ocorre no 'foreground' narrativo, com clara referência à situação passada, com aspecto perfectivo e que pode ser entendido como Presente Histórico;

- outro, que ocorre no 'background' narrativo, sem referência a tempo passado, geralmente com aspecto imperfectivo e que deve ser entendido com o valor temporal de presente.

O uso de presente surgiu também nas citações.

Na comparação entre as faixas etárias analisadas, o uso de presente no oral não mostrou diferenças entre elas (como demonstram os trabalhos sobre narrativas conversacionais, este também é um traço da linguagem dos adultos). Em termos de escrito, porém, como se pôde verificar pelos exemplos, o mesmo não acontece. Os grupos mais velhos mostram uma tendência a usar menos alternância presente/passado, deixando-a reservada para os momentos mais tradicionalmente aceitos: clímax, resolução/coda, citações.

3. Conclusões

Independentemente dos limites deste artigo, o que não nos permitiu relatar o conjunto da análise feita, podemos postular que a coesão que verificamos em crianças de 9 a 12 anos apresenta-se relacionada a estágios, ligados ao funcionamento discursivo, mas diferenciados quanto à coesão.

Os estágios iniciais contêm estratégias pelas quais as crianças começam a desvincular-se do contexto extralingüístico, passando a se apoiar nos pontos mais salientes do contexto intralingüístico. Tais estratégias significam hipóteses relacionais que elaboram para o manejo de determinados mecanismos coesivos. Entendemos que podem ser chamadas de 'hipóteses coesivas', uma vez que, mediante seu uso, ficou comprovada a intenção da criança de mostrar ao ouvinte como relaciona as partes de seu texto, i.e., como marca a coesão entre essas partes.

Os estágios detectados pela análise significam que a coesão é vista inicialmente como uma relação predominantemente pragmática, para, em termos evolutivos, se afirmar como um conceito lingüístico. Na relação com texto oral, entretanto, as relações pragmáticas continuarão convivendo com as lingüísticas, como parte das características do que Ochs (1979) denomina 'discurso não planejado'. O funcionamento exclusivamente lingüístico será,

então, característica do discurso planejado, do texto escrito. Pode-se, então, traçar um paralelo com a evolução do sentido na linguagem: do contexto (quando o sentido é extrínseco à linguagem), ao texto (quando se torna intrínseco à linguagem). Parece que se comprova, no desenvolvimento da coesão, a passagem do contexto ao texto, de forma semelhante ao que propõe Olson (1977), ao contrastar declarações em prosa escrita, que denomina 'textos', com declarações orais mais informais, que chama de 'enunciados'. Seu argumento é o de que "há uma transição do enunciado ao texto, tanto culturalmente, como no desenvolvimento, e esta transição pode ser descrita como sendo de aumento de explicitação, com a linguagem crescentemente apta para sustentar uma representação do sentido não ambígua ou autônoma" (op.cit., p.258).

O sentido do enunciado, da mesma forma que a maneira como as crianças marcam inicialmente a coesão em seus textos, vem de intenções compartilhadas sobre um conhecimento anterior, do contexto do enunciado e de padrões habituais de interação. A hipótese que apresentamos sobre o desenvolvimento da coesão é a de que a habilidade de atribuir relações, valendo-se de elementos exclusivamente lingüísticos, independentemente do contexto não lingüístico, é uma aquisição tardia, que se manifesta no último estágio do desenvolvimento da coesão.

REFERÊNCIAS

- Bartlett, E.J. 1984. Anaphoric reference in written narratives of good and poor elementary school writers. *Journal of verbal learning and verbal behavior*. 23:540 -52.
- Fleischman, S. 1985. Discourse functions of tense-aspect oppositions in narrative: toward a theory of grounding. *Linguistics*. 23:851-82.
- Givón, T. 1979. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In Givón, T. (ed.). *Syntax and semantics, 12: discourse and syntax*. New York: Academic Press.
- _____. 1979. *On understanding grammar*. New York: Academic Press.
- _____. 1983. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch reference. In Haiman & Munro (eds.) *Switch reference and universal grammar*. Amsterdam: Benjamins.
- Guimarães, A.M.M. 1990. *O desenvolvimento da coesão*. Estratégias da passagem do contexto ao texto. Tese de doutorado. PUCRS.
- Hopper, P. 1979. Aspects and foregrounding in discourse. In Givón, T. (ed.). *Discourse and Syntax 12*. New York: Academic Press.
- _____. (ed.) 1982. *Tense and aspect: between semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamin Pub. Co.

- Hopper, P. e Thompson, S. 1985. Transivity in grammar and discourse. *Language*. 56: 251-99.
- Karmiloff Smith, A. 1981. The grammatical marking of thematic structure in the development of language production. In: Deutsch, Werner (ed.) *The child construction of language*. London: Academic Press.
- Mira Mateus, M.H. et alii. 1983. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Ochs, E. 1979. Planned and unplanned discourse. In Givón, T. *Syntax and semantics*, 12. New York: Academic Press.
- Olson, David R. 1977. From utterance to text: the bias of language in speech and writing. *Harvard Educational Review*. 47(3):257-81, aug.
- Reinhart, T. 1984. Principles of gestalt perception in the temporal organization of narrative texts. *Linguistics*. 22:779-809.
- Silva-Corvalán, C. 1983. Tense and aspect in oral spanish narrative: context and meaning. *Language*. 59:60-80.
- Wolfson, N. 1979. The conversational historical presentation. *Languages*. 55:168-82.